

**Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)**



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE  
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

**Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater  
Territorial Cohesion**

**Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a  
uma Maior Coesão Territorial**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
2017**

**Título:** **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**  
**GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

-  
**Society, Economy and Heritage in a Scenario  
Towards Greater Territorial Cohesion**  
**Sociedade, Economia e Património num Cenário  
Tendente a uma Maior Coesão Territorial**

**Organização de:** Helena Pina, Felisbela Martins  
**Prefácio de:** Helena Pina  
**Editor:** UNIVERSIDADE DO PORTO – Faculdade de Letras  
**Local de edição:** Porto  
**Ano de edição:** 2017  
**ISBN:** 978-989-54030-6-6

**Contacto:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/n  
4150-564  
Porto

**Email** [sdi@letras.up.pt](mailto:sdi@letras.up.pt)

Edição em formato eletrónico disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1568&sum=sim>

## EM BUSCA DA NARRATIVA PERDIDA: DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL NA MODERNIDADE TARDIA

Paulo Jorge Santos  
Faculdade de Letras, Universidade do Porto  
pjsosantos@sapo.pt

### Resumo

À medida que as sociedades modernas se tornaram progressivamente mais complexas e diferenciadas, as grandes narrativas culturais que alicerçavam o funcionamento social começaram a perder o seu poder aglutinador. Este afastamento dos cânones tradicionais abalou profundamente o sentido de identidade de um número muito significativo de pessoas que, em larga medida, se relacionava estreitamente com as posições sociais que ocupavam nas suas comunidades de origem. Na modernidade tardia em que vivemos o *self* é, não tanto uma essência passível de delimitação, mas mais um projeto fluido, múltiplo, relacional e dialógico, intimamente relacionado com comunidades culturais que partilham determinados significados e que possibilitam aos seus membros conferir uma certa coerência e sentido à sua existência. Neste quadro, um dos mais promissores e interessantes modelos do funcionamento psicológico consagra a narrativa como a matriz organizadora dos significados que os indivíduos constroem para a sua experiência. Neste artigo descrever-se-á de que forma é que o processo de construção e reconstrução de narrativas é suscetível de possibilitar um quadro conceptual de referência que permite articular o desenvolvimento pessoal e social no quadro das sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** narrativa, modernidade tardia, desenvolvimento pessoal, desenvolvimento social.

### Abstract

As modern societies became increasingly more complex and diversified, the major cultural narratives in which social relations were anchored gradually lost their power to assemble. This estrangement from traditional canons has deeply shaken the sense of identity of a very significant number of people, who related closely to the social positions they occupied in their communities of origin. Late Modernity, in which the self has become the centre of experience, is not an essence we can delimit, but rather a fluid, multiple, relational, and dialogical project. It is intimately related with cultural communities who share specific meanings and enable their members to confer a degree of coherence and meaning to their existence. One of the most promising and interesting models of psychological development takes the narrative as its core matrix to organise the meanings individuals build around their experiences. This paper intends to describe how the process of building and rebuilding narratives can shape the conceptual framework of reference for personal and social development in contemporary societies.

**Key Words:** narrative, late modernity, personal development, social development.

## 1. Introdução

Para onde quer que concentremos o nosso olhar na paisagem das sociedades contemporâneas temos a sensação de estarmos perante um mundo que conheceu profundas alterações nas últimas décadas e cujo processo de transformação parece imparável. Estas mudanças fazem-se sentir ao nível

social, económico, político e cultural e atingem pessoas, grupos, classes sociais, instituições e países e, de uma forma mais global, todo o planeta (Friedman, 2007; Giddens, 1999). Alguns autores sustentaram que tais transformações configuram um novo tipo de sociedade que questiona o projeto da modernidade a partir do qual as nossas sociedades se fundam. Em termos muito sucintos quais as características desse projeto? A modernidade caracteriza-se por um conjunto muito vasto de modificações das normas sociais, das instituições e da organização social que as sociedades europeias conheceram após o fim da Idade Média, embora em diferentes ritmos e com diferentes características, quer, em momentos posteriores, noutras zonas do globo. Estas mudanças, que podemos identificar a partir do século XVI, e que conheceram um aprofundamento a partir do Iluminismo e da Revolução Industrial, configuram, segundo Silva (2002), uma nova lógica de emancipação dos indivíduos dos ditames da tradição e uma nova lógica de regulação das relações sociais. No primeiro caso assistimos à emergência do indivíduo como uma nova categoria social, dotado de direitos e deveres para com a sociedade que integra, com o concomitante desenvolvimento do individualismo e da liberdade formal. No segundo caso constatámos a formação de Estados que concentram o poder político e que asseguram a gestão de um território, nomeadamente ao nível da administração e da justiça, e do nascimento de um sistema, o mercado, que regula os processos de troca de produtos e serviços. Estas novas lógicas sociais fundamentam-se na Razão, instância legitimadora da transformação, na qual radica a ideia de progresso social e que se encontra subjacente, de igual forma, ao nascimento da ciência moderna e do desenvolvimento da técnica.

A tese de Jean-François Lyotard (1989) é que as metanarrativas que estruturavam a modernidade (progresso, desenvolvimento, emancipação, etc.), se encontram esgotadas. Viveríamos, pelo menos desde os finais da década de 50, em sociedades pós-modernas que coincidem com o nascimento das sociedades pós-industriais, nas quais os critérios abstratos de verdade e de justiça vão sendo substituídos por critérios de performatividade relacionados com jogos de linguagem que fazem sentido em contextos locais e não universais.

A esta leitura contrapõem-se dois autores com quem mais nos identificamos. O primeiro é Anthony Giddens (1996) que, embora reconhecendo que a expressão pós-modernidade possa fazer sentido ao nível de julgamentos e reflexões ao nível estético (na literatura, nas artes plásticas ou na arquitetura, por exemplo), rejeita a sua utilização quando aplicada à produção do conhecimento sistemático sobre a ação humana e o desenvolvimento social. Todavia, ele reconhece estarmos perante desenvolvimentos múltiplos e complexos, que configuram transformações sociais substantivas, mas que radicam, mesmo assim, no projeto da modernidade. As sociedades contemporâneas poderiam ser caracterizadas como pertencendo à *modernidade tardia ou radicalizada* que, sob a influência da globalização, conhecem alterações profundas das suas instituições.

“Para onde quer que olhemos nós vemos instituições que parecem as mesmas que costumavam ser do lado de fora, e que ostentam os mesmos nomes, mas que do lado de dentro tornaram-se bem diferentes. Continuamos a falar de nação, família, trabalho, tradição, natureza, como fossem todas as mesmas como no passado. Já não são. A concha externa permanece, mas por dentro mudaram (...) Elas são o que eu chamo “instituições concha.” (Giddens, 1999, p. 19).

O segundo autor é Zygmunt Bauman (2000, 2001) que tem vindo a usar a metáfora da *liquidez* para dar conta de um conjunto de transformações sociais que tem vindo a ocorrer nas sociedades contemporâneas por contraponto à solidez da primeira fase da modernidade. Presentemente as estruturas sociais, instituições e estilos de vida individuais caracterizam-se por um elevado grau de fluidez e volatilidade. As ligações que outrora possibilitavam que os indivíduos construíssem percursos de vida e formas de estar no mundo a partir de projetos socialmente estruturados encontram-se em crise. É muito mais difícil do que outrora ancorar o devir humano num conjunto de referências socialmente prescritas pelo facto de estas terem perdido a estabilidade que outrora as caracterizava.

Na modernidade líquida a paisagem social mudou dramaticamente. Há muito poucas certezas nas sociedades contemporâneas. Os marcadores e instituições sociais que outrora regulavam a vida dos indivíduos (Estado, família, religião, ideologia, etc.), foram objeto de uma acentuada erosão e não podem servir, como no passado, de referentes estáveis para estruturar as ações humanas ao nível individual e coletivo. A vida social é muito mais imprevisível e incerta do que outrora. Podemos dizer com alguma segurança que a única certeza nas sociedades ocidentais atuais é uma condição de incerteza endémica.

## **2. Das biografias geométricas às biografias não-lineares: o exemplo do trabalho**

Para Bauman (2001), assim como para outros autores, as sociedades atuais caracterizam-se pela individualização, uma das principais características que estrutura os processos de transformação social (e.g., Ascher, 2001; Beck & Beck-Gernsheim, 2003). Se a criação do indivíduo pode ser considerada uma marca incontornável da modernidade, a individualização constitui uma dimensão extrema desta tendência, tendo emergido da crise das estruturas e dos processos sociais que enquadravam o comportamento individual e social no decurso da primeira modernidade. Os indivíduos ganharam maior liberdade de escolha em virtude da erosão dos valores tradicionais e do declínio das referências sociais da primeira fase da modernidade. De facto, eles confrontam-se com um leque de escolhas a partir das quais têm que organizar o seu percurso de vida que não tem paralelo na história humana (Salecl, 2010; Schwartz, 2004) e a partir de idades cada vez mais precoces (Tedesco, 1999).

Atualmente as pessoas têm de recorrer aos seus recursos pessoais para gerirem as suas vidas, menos condicionadas pela tradição ou comunidade de origem, de acordo com planos de curto prazo para os quais necessitam de tomar decisões, estabelecer objetivos, avaliar o seu cumprimento e começar tudo

de novo. Nas palavras de Beck e Beck-Gernsheim (2003): “Para [tirar partido] [d]as modernas vantagens sociais cada um tem que realizar algo, fazer um esforço ativo. Tem que ganhar, saber como afirmar-se na competição por recursos limitados – e não apenas uma vez, mas dia após dia (p. 3).” Para obter sucesso os indivíduos necessitam de mobilizar características pessoais como empreendedorismo, tenacidade, flexibilidade, adaptabilidade, resistência à frustração e tolerância para lidar com situações instáveis, entre muitas outras. Alternativas, perigos e incertezas biográficas, que outrora eram predefinidas no quadro de relações familiares, das comunidades e de regras sociais ou de classe, têm de ser agora compreendidos, interpretados e processados pelos próprios indivíduos. E isto numa paisagem social caracterizada pela fragmentação, descontinuidade e imprevisibilidade.

De acordo com Giddens (1996) na modernidade tardia a identidade transformou-se num projeto reflexivo. Os indivíduos têm que realizar um esforço permanente para manter um sentido de coerência nos seus percursos de vida, que se transformaram em *biografias reflexivas* ou *biografias bricolage*.

O mundo do trabalho constitui uma das dimensões sociais nos quais estes processos de (re)construção biográfica e identitária são particularmente evidentes. As trajetórias profissionais nas sociedades contemporâneas têm sido objeto de uma crescente instabilidade e imprevisibilidade (Blustein, 2006). Estas mudanças afetaram o conceito tradicional de carreira que prevaleceu até ao final da década de 70, início da década de 80 (Arnold & Jackson, 1997; Collin & Watts, 1996; Savickas, 2005). Recordemos, muito rapidamente, que carreira implicava uma progressão hierárquica no seio de organizações dotadas de uma certa previsibilidade e estabilidade, características que também definiam a estrutura do sistema económico orientado para a produção em massa, particularmente no período do pós-guerra (Reich, 1996). Atualmente, as trajetórias profissionais que os indivíduos tendem a percorrer são muito mais instáveis, imprevisíveis e marcadas por alternâncias entre períodos de emprego, de desemprego e de formação (Hughey & Hughey, 1999; Sullivan, 1999). O emprego para toda a vida deu lugar à empregabilidade, que deve ser permanentemente assegurada em grande parte à custa de um esforço individual, com os trabalhadores atuais a enfrentarem a necessidade de mudar de emprego e de profissão várias vezes no decurso da sua vida ativa (Savickas et al., 2009; Sullivan, 1999).

Simultaneamente, as pessoas tornaram-se responsáveis pela gestão das suas carreiras (King, 2001). De acordo com Tractenberg, Streumer e Zolingen (2002) “a capacidade de gerir a sua carreira, de escolher os objetivos de vida, de aprendizagem e de experiências de trabalho de forma a manter a sustentabilidade de carreira, tornou-se uma das competências estratégicas mais cruciais que deve ser dominada” (p. 91).

Estas transformações, que descrevemos muito sumariamente, explicam a razão pela qual novos conceitos de carreira emergiram nos últimos anos. *Carreira sem fronteiras* (Arthur, 1994), *carreira caleidoscópica* (Sullivan & Mainiero, 2007), *carreira proteana* (Hall, 2004) ou *carreira como navegação à vista* (Kraus, 1998), são algumas das designações que procuram descrever a configuração das vidas profissionais de uma parte significativa dos indivíduos nas sociedades atuais. Para usar a metáfora de

Joaquim Azevedo (1999), a carreira evoluiu de um modelo de voo de pássaro, marcado por uma trajetória relativamente linear e previsível, para um modelo de voo de borboleta, mais caótico e desordenado.

### **3. O *self* como construção narrativa**

A Psicologia, desde os seus primórdios como ciência social, sempre se interessou por caracterizar os indivíduos através de sistemas taxonómicos diversos. Desde as teorias clássicas de personalidade até modelo contemporâneo do “Big Five” a ênfase foi colocada na identificação de traços e na sua medição. Inúmeros instrumentos de avaliação psicológica foram criados para avaliar objetivamente a personalidade e, desta forma, o *self* era definido e caracterizado por elementos suscetíveis de uma medição rigorosa que recorria a procedimentos standardizados. Na expressão feliz de Vance Peavy (1997) esta personalidade objetivada configura um *self* psicométrico.

Todavia, também desde muito cedo surgiram modelos alternativos que, no âmbito da ciência psicológica, desenvolveram outros aspetos e que procuraram descrever o *self* no seu percurso desenvolvimental. Devemos a Erik Erikson (1968) uma contribuição única e original na descrição de um modelo psicossocial de desenvolvimento do ego ao longo do ciclo vital que combina dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Neste quadro teórico deveremos realçar, igualmente, o conceito de identidade que Erikson introduziu no âmbito das ciências sociais e humanas e que descreve como “um produto único que agora [na adolescência] encontra uma crise a ser resolvida apenas com novas identificações com colegas da mesma idade e com figuras de autoridade fora da família” (p. 87).

A psicologia cognitiva deu também um contributo particularmente relevante para a caracterização psicológica do *self*. Nascida na década de 50 a partir das limitações da psicologia comportamentalista e de contribuições de várias áreas como, por exemplo, a teoria da informação, a inteligência artificial, a ciência dos computadores ou o desenvolvimento da linguagem, a psicologia cognitiva esteve na base na revolução cognitiva que se desenvolveu na década de 60 e que se definitivamente se institucionalizou nas décadas de 70 e 80 como o paradigma dominante da investigação e da intervenção psicológicas em áreas tão diversas como a educação ou a psicoterapia. Duas metáforas do sujeito psicológico foram particularmente importantes neste novo metamodelo: o conhecimento seria o resultado de mecanismos de processamento da informação e os indivíduos funcionariam como computadores na assimilação e leitura dos *inputs* internos e externos.

Este paradigma concebe os seres humanos como agentes racionais, que pensam por intermédio de símbolos abstratos que são manipulados através de uma computação algorítmica que se subordina a uma lógica universal. A realidade seria acedida por processos psicológicos baseadas na razão e na lógica (Gonçalves, 1996, 2000).

Desde a segunda metade da década de 80, aproximadamente, que este modelo tem vindo a ser fortemente questionado tendo dado origem a enquadramentos teóricos que se afastam de um essencialismo de inspiração naturalista e que enfatizam uma dimensão subjetiva e autopoietica da construção psicológica da realidade. Devemos a Jerome Bruner (1986) uma distinção seminal entre dois tipos de cognição: a cognição paradigmática e a cognição narrativa. Na primeira procura-se atingir o ideal de um sistema de descrição e explicação de natureza matemático-formal que recorre a conceptualizações ou a categorizações. As operações através das quais as categorias são idealizadas permitem que estas se articulem entre si formando sistemas. A cognição paradigmática lida com causas gerais e usa procedimentos para assegurar que seja possível avaliar a sua verdade empírica. A sua linguagem implica a existência de consistência e não contradição, o que possibilita a corroboração ou infirmação de hipóteses empiricamente testáveis que são derivadas usando procedimentos lógicos. A linguagem científica clássica constitui um exemplo perfeito de cognição paradigmática.

Na cognição narrativa, por seu turno, o objetivo é contar boas histórias. Neste caso não se pretende avaliar a falsidade ou veracidade das narrativas, mas a sua *verossimilhança*. *A cognição narrativa estrutura a ação de um ou mais personagens no tempo e no espaço através de um enredo. Seria através da construção de narrativas, sobre si próprio ou sobre o mundo, que o sujeito psicológico encontraria a forma privilegiada de atribuir significado à sua existência. Neste contexto os seres humanos são concebidos como contadores de histórias por intermédio das quais procuram dotar de significado os espaços que habitam. O pensamento funda-se em processos metafóricos e imaginativos que são mobilizados para dar conta de uma realidade complexa e suscetível de múltiplas interpretações (Gonçalves, 1996). Como afirmou a escritora americana Siri Hustved (2006) "(...) precisamos de histórias, (...), de narradores, como de pão para a boca. (...) Faz parte da nossa condição humana" (p.48). Ao contrário das metodologias standardizadas para estudar o self a que já fizemos anteriormente referência, a psicologia narrativa enfatiza procedimentos que valorizam dimensões autobiográficas, subjetivas e hermenêuticas. Como acertadamente apontou Howard (1991) enfatiza-se o homo fabulus em detrimento do homo scientus.*

O conceito de *self* tem vindo a sofrer profundas alterações no quadro da psicologia contemporânea, apelando cada vez mais a dimensões narrativas. A forma e os processos que permitem conferir um sentido de individualidade encontrar-se-iam profundamente alicerçados nas narrativas que os indivíduos contam acerca das suas vidas. O *self* constrói-se e reconstrói-se permanentemente através das histórias que os seres humanos contam uns aos outros. Afirmar a individualidade consiste, essencialmente, em contar histórias organizadas em narrativas (Peavy, 1991).

#### 4. Das narrativas pessoais às narrativas sociais

As narrativas só ganham sentido se tiverem um público a quem são contadas, num tempo histórico-social que define a matriz cultural da qual emergem os conceitos e as regras que as estruturam (Gonçalves, 2004). O *self* tem vindo a ser definido, de forma crescente, como uma dimensão autobiográfica que se funda nas narrativas, cultural e historicamente situadas, que as pessoas desenvolvem sobre a existência (Gonçalves, 2000). Não é possível entender qualquer narrativa pessoal sem a enquadrarmos nas narrativas mais vastas que são prevaletentes numa determinada sociedade e num determinado momento da sua história, uma vez que estas estruturam a forma e os processos inerentes à narração (Gonçalves, 1996; Howard, 1991). Qualquer ato narrativo constitui sempre um processo social na medida em que resulta da linguagem, dispositivo que, por definição, é socialmente constituído e partilhado.

É neste contexto que se nos afigura pertinente interpretar a modernidade tardia ou a modernidade líquida, que anteriormente referimos, à luz da psicologia narrativa. A erosão das instituições e processos sociais da primeira fase da modernidade, que possibilitavam ancorar o sentido do *self* de um grande número pessoas, pode ser interpretado como o desaparecimento de narrativas estáveis a elas associadas. Existem agora inúmeras possibilidades narrativas a partir das quais os indivíduos devem construir as suas vidas ao nível do trabalho, do amor, da cidadania e da identidade, apenas para mencionar algumas dimensões humanas da existência. Todavia, julgamos poder afirmar que muitas destas possíveis narrativas, que podem ser interpretadas como alternativas de vida, possuem uma característica comum: elas tendem a ser percecionadas como investimentos de curto prazo porque uma das características das sociedades contemporâneas é o *défice de projeção no futuro*. É particularmente difícil construir percursos narrativos com um horizonte extenso por causa da fragmentação e da instabilidade social que atrás referimos.

Como afirmou Pais (2001), fazendo referência às transformações que se estão a operar no mercado de emprego:

“Porque é que se fala tanto de *crise*? Em grego, *krísis* significa decisão. E decisão vem de cisão [*scission*]. As cisões aparecem associadas ao caos e à instabilidade, gerando *indecisão*. A crise é um momento de *indecisão* que apela à *decisão*. A crise deve ser entendida no sentido em que os paradigmas emergentes da contemporaneidade são os da *indecisão*. Tudo é instável.” (itálico no original, p. 20)

Desta forma, os indivíduos são obrigados a um esforço mais ou menos permanente de construção e reconstrução de narrativas em múltiplos domínios das suas vidas a partir de um espaço social que viabiliza várias narrativas possíveis, embora umas mais do que outras. O papel de narrador impõe-se de uma forma inexorável ao indivíduo de hoje. É certo que ele pode permanecer indeciso face às escolhas

que tem que enfrentar e essa indecisão poderá corresponder à manutenção de várias possibilidades narrativas para o *self*, mas tal opção implica suspender a atualização do potencial que só a narrativa vivida possibilita.

A pluralidade de narrativas nas sociedades da contemporaneidade é mantida através de múltiplos canais de informação e comunicação, nomeadamente através das redes sociais que funcionam como a nova ágora dos tempos modernos. Neste contexto destaca-se a figura do *especialista* que de alguma forma veio substituir a autoridade tradicional das sociedades pré-modernas (Giddens, 1991). Para cada área do funcionamento social existe uma plêiade de especialistas que competem entre si pela hegemonia da sua narrativa com que procuram seduzir e conquistar pessoas para as suas causas. Poderíamos, é certo, assumir que em sociedades crescentemente mais complexas e diferenciadas, no plano científico, social, político, étnico e religioso, se justifica escutar com atenção estas novas figuras sociais que oferecem o seu conselho e decifração do mundo, contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões pessoais mais fundamentadas. Contudo, acreditamos que em muitos casos este processo aumenta a insegurança dos atores sociais nas suas próprias capacidades de escolha e condução das suas vidas.

## 5. A narrativa política da Europa

No domínio das ideologias políticas a mudança nas últimas décadas é absolutamente notável. Após o fim da II Guerra Mundial o mundo encontrava-se dividido entre dois blocos hegemonzados pelas duas grandes superpotências vencedoras do mais mortífero conflito que o mundo conheceu: os Estados Unidos da América e a União Soviética. Os dois países disputavam a liderança mundial com base em projetos políticos distintos, a democracia liberal e a economia de mercado, por um lado, e o regime comunista e a economia centralizada, por outro.

No contexto europeu o tempo do pós-guerra ficou marcado pela divisão do continente em duas esferas de influência. No campo ocidental o desenvolvimento capitalista alicerçou-se num crescimento económico elevado durante três décadas, período conhecido pelos *30 gloriosos*, e pela expansão dos sistemas de segurança social. De importância absolutamente crucial foi a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e da posterior criação da Comunidade Económica Europeia, em 1957, como resposta política à necessidade de construir um espaço europeu de paz, de democracia e de progresso económico e social.

O desenvolvimento económico ocidental conheceu uma forte desaceleração no decurso da década de 70 com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971 e com as crises do petróleo de 1973 e 1979. Este período marcou o fim dos processos de produção de massa e o início de uma época de transição no sistema económico mundial que viria a ter lugar nos anos 80. As economias europeia e americana conheceriam, sob a liderança política de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, fortes mudanças no plano político com a sua agenda neoliberal caracterizada por uma forte retração do papel do Estado na

economia, pela liberalização do mercado financeiro e de capitais e pela desregulação do mercado de trabalho.

A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso do império soviético teve profundas consequências no plano geoestratégico a nível mundial, em particular na Europa. A reunificação da Alemanha, a democratização dos países do antigo leste europeu e a sua posterior adesão à União Europeia marcaram indelevelmente o fim do século XX e o início do novo século no velho continente. Este período coincide com o aprofundamento da globalização e de todas as suas complexas consequências ao nível económico, político e social (Giddens, 1999).

Num artigo publicado há 20 anos Tony Judt (2015) alertava para o facto de a Europa se encontrar perante desafios de monta face ao seu funcionamento e equilíbrio entre as principais potências europeias, em particular a França e a Alemanha. A narrativa europeia em torno de uma ideia de progresso económico e social que salvaguardava a paz num território devastado por guerras intermináveis ao longo de séculos estaria a mudar. De facto, algumas das suas previsões acertaram no alvo como a emergência da Alemanha como principal potência política e económica do continente europeu, as dificuldades com a integração das comunidades de emigrantes, o incremento de uma população crescentemente idosa que consome crescentes recursos do estado social e o recrudescimento dos nacionalismos.

O que assistimos no plano europeu, com particular ênfase desde o início do século XXI, são profundas mudanças que vieram corroer a narrativa que Europa tinha construído sobre si mesma. No plano político os partidos da esquerda europeia abandonaram a maior parte das suas tradicionais bandeiras e alinharam com uma visão neoliberal da economia e da sociedade (Barroso, 2012; Judt, 2010). Uma das consequências mais visíveis que pôde ser observada em vários países europeus foi a alienação das classes trabalhadoras, o empobrecimento das classes médias, o crescimento das desigualdades sociais e a emergência de partidos extremistas de ambos os lados do espectro político, com especial relevância para formações xenófobas e de extrema direita.

A crise económica de 2008, que se propagou rapidamente dos Estados Unidos da América para a Europa, e que teve a sua origem na desregulação dos mercados financeiros e da globalização sem controlo, provocou uma “crise de identidade, uma crise de organização e uma crise de orientação” (Silva, 2015, p. 137). Antes do mais ao nível do Euro que evidenciou as fragilidades da construção de uma moeda única sem que se tivessem assegurado previamente políticas comuns ao nível económico e monetário, como deveria ter sucedido na regulação bancária, na política fiscal ou na implementação de um orçamento próprio com alguma expressão.

A crise económica permitiu evidenciar as fragilidades de uma moeda única comum a países com economias muito desiguais e que forçou os mais frágeis a optarem por políticas de desvalorização interna por inexistência de uma divisa própria. A arquitetura do Euro favoreceu a Alemanha, que emergiu como potência unipolar e que aglutinou países do norte e do centro da Europa contra países da periferia,

como Portugal ou a Grécia, e que teve como consequência a ausência de uma política comum de resposta à crise. Como afirmou Ulrich Beck (2013) “(...) existem tempos para a pequena política, que executa regras, e existe um tempo para grande política, uma política que altera as regras. Para encontrar uma resposta à crise do euro (...) é necessária a grande política. A ideia de que em época de riscos globalizados seria possível agir segundo o lema “conseguimos resolver o problema sozinhos” revela-se uma ilusão fatal” (p. 33).

A crise económica e a crise do Euro permitiram constatar a ausência de uma liderança política inclusiva ao nível da União Europeia (Soares, 2009) que se percutiu igualmente na ausência uma política concertada face à crise dos refugiados que evidenciou fortes divergências entre os estados que integram a União Europeia. Assistimos nos últimos anos a uma tendência preocupante de radicalização dos interesses nacionalistas e do crescimento do discurso e práticas políticas relacionadas com a extrema-direita, o populismo, o protecionismo económico e a discriminação contra os emigrantes que não julgávamos ser possível até recentemente. Contrastando com o que sucedeu na Áustria na sequência das eleições legislativas de 1999, que ditaram a vitória do partido de extrema-direita de Jörg Haider e da sua coligação de governo que assumiu funções no ano seguinte, não existe agora nenhuma política de sanções contra governos que se filiam na direita nacionalista, como sucede, por exemplo, na Hungria ou Polónia. É particularmente inquietante assistirmos ao aparecimento e fortalecimento de forças políticas que questionam os mais profundos alicerces do projeto europeu na sua dimensão de espaço político, económico e social que visaria a paz entre os povos europeus e o seu desenvolvimento no quadro das nações. A União Europeia não tem conseguido desenvolver uma *narrativa forte, agregadora e cosmopolita* que congregue os seus estados membros e os seus cidadãos em prol de objetivos comuns ao nível interno e ao nível mundial e paira sobre ela um espectro real de desagregação e de colapso.

## 6. Conclusão

Ao analisarmos a linha do horizonte da contemporaneidade somos confrontados com um sentimento de perplexidade, confusão e medo. As linhas tradicionais a partir das quais no decurso da primeira fase da modernidade as sociedades, os grupos sociais e os indivíduos construíam as suas narrativas parecem ter-se enfraquecido. Em sua substituição surgem múltiplas narrativas suscetíveis de outras tantas possibilidades de expressão pessoal e social.

Esta mudança abalou profundamente o sentido de identidade de indivíduos e de grupos ao nível do tecido social e encontra-se na génese de disfunções pessoais e sociais. O processo de construção e de reconstrução de significados através de narrativas, agora mais frequente e necessário do que no passado, tem um óbvio custo psicológico. Por vezes as novas narrativas encontram-se mal estruturadas e apresentam uma gramática confusa, conduzindo a resultados negativos uma vez que não apresentam uma clareza e organização que sustente o devir histórico ao nível pessoal e social. Noutras situações

verifica-se uma situação oposta com a emergência de narrativas simplistas, excessivamente estruturadas e rígidas, que não constituem boas possibilidades narrativas para enfrentar de forma criativa os desafios das sociedades complexas dos nossos tempos.

Todas as narrativas pessoais são tentativas de construção de significado individual que os indivíduos se servem para se compreenderem a si próprios na sua relação com os outros e com cultura de onde emanam. De igual forma, todas as narrativas sociais são formas coletivas de pensar o humano na sua relação com o mundo. O grande desafio que se coloca a todos é saber se conseguiremos ser capazes, ao nível individual e coletivo, de criarmos uma narrativa plural, emancipadora e abrangente que possibilite o pleno desabrochar das nossas potencialidades. Acreditamos ser capazes de o ultrapassar desde que saibamos encetar um processo narrativo assente numa abertura à diferença, à criatividade e ao cosmopolitismo.

## 7. Bibliografia

- Arnold, J., & Jackson, C. (1997). The new career: Issues and challenges. *British Journal of Guidance and Counselling*, 25,(4), 427-433.
- Arthur, M. B. (1994). The boundaryless career: A new perspective for organizational inquiry. *Journal of Organizational Behavior*, 15,(4), 295-306.
- Ascher, F. (2001). *Les nouveaux principes de l'urbanism*. La Tour d'Aigues: Éditions de L'Aube.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta*. Porto: Asa.
- Barroso, A. (2012). *A crise da esquerda europeia*. Alfragide: D. Quixote.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2013). *A Europa alemã*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. & Beck-gernsheim, E. (2003). *Individualization*. London: Sage.
- Blustein, D. L. (2006). *The psychology of working*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bruner, J. S. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- Collin, A., & Watts, A. G. (1996). The death and transfiguration of career – and of career guidance? *British Journal of Guidance and Counselling*, 24,(3), 385-398.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity*. New York: Norton.
- Friedman, T.L. (2007). *O mundo é plano* (7ª ed. rev.). Lisboa: Actual Editora.

- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1999). *Runaway world*. London: Profile Books.
- Gonçalves, M. M. (2004). Identidade e narrativa pessoal. In Francisco Teixeira (Coordenador), *Identidade pessoal: Caminhos e perspectivas* (pp. 165-179). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, O. F. (1996). Cognição, narrativa e psicoterapia. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1,(2), 255-264.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver narrativamente*. Coimbra: Quarteto.
- Hall, D. T. (2004). The protean career: A quarter-century journey. *Journal of Vocational Behavior*, 65,(1), 1-13.
- Howard, G. S. (1991). Culture tales: A narrative approach to thinking, cross-cultural psychology, and psychotherapy. *American Psychologist*, 46,(3), 187-197.
- Hughey, K. F., & Hughey, J. K. (1999). Preparing students for the future: Making career development a priority. *Journal of Career Development*, 25,(3), 203-216.
- Hustved, S. (2006, 7 de janeiro). *Actual, Expresso*, p. 48.
- Judt, T. (2010). *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- Judt, T. (2015). *Quando os factos mudam*. Lisboa: Edições 70.
- King, Z. (2001). Career self-management: A framework for guidance of employed adults. *British Journal of Guidance and Counselling*, 29,(1), 65-78.
- Kraus, W. (1998). La fin des grands projets: Le development de l'identité dans le champ du travail comme navigation à vue. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 27,(1), 105-121.
- Liotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar.
- Peavy, R. V. (1991). *Constructivism and the practice of storied counselling*. Comunicação apresentada na IAEVG Conference, Lisboa, 9-13 de setembro de 1991.
- Peavy, R. V. (1997). *Socio-Dynamic counseling*. Victoria, BC: Trafford.
- Reich, R. B. (1996). *O trabalho das nações* (2ª ed.). Lisboa: Quetzal.
- Salecl, R. (2010). *Choice*. London: Profile Books.

Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (pp. 42-70). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R. & Van Vlanen, A. E. M. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75,(3), 239-250.

Schwartz, B. (2004). *The paradox of choice*. New York: HarperCollins.

Silva, A. S. (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

Silva, A. S. (2015). *Os porquês da esperança*. Lisboa: Matéria Prima Edições.

Soares, M. (2009). *Elogio da política*. Lisboa: Sextante Editora.

Sullivan, S. E. (1999). The changing nature of careers: A review and research agenda. *Journal of Management*, 25,(3), 457-484.

Sullivan, S.E. & Mainiero, L.A. (2007). Kaleidoscope careers: Benchmarking ideas for fostering family-friendly workplaces. *Organizational Dynamics*, 36,(1), 45-62.

Tedesco, J. C. (1999). *O novo pacto educativo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Tractenberg, L., Streumer, J., & Zolingen, S. (2002). Career counseling in the emerging post-industrial society. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 2,(2), 85-99.